

O MUNDO COLONIAL GAÚCHO E A POLÍTICA REGIONAL APÓS 1945

René E. Gertz*

O título desta pequena comunicação requer uma explicação. De fato, ele se refere a um projeto mais amplo que estou desenvolvendo, no momento. Diante da necessidade de observar os prazos para a inscrição de comunicações no presente congresso, optou-se por registrar um título mais genérico, para, depois, definir o enfoque específico do conteúdo a ser efetivamente apresentado. No processo posterior de decisão, a escolha acabou recaindo numa fonte importante para o projeto, a *Revista do Globo*. E aqui será utilizada uma dezena de reportagens publicadas entre dezembro de 1946 e setembro de 1947, portanto não muito depois do final da Segunda Guerra.

Durante anos, pesquisei sobre o processo de imigração e colonização no Rio Grande do Sul, com ênfase na “nacionalização”, que teve seu período mais incisivo de 1930 até 1945, deixando marcas na população atingida. Mais recente, pesquisei sobre o pós-Segunda Guerra Mundial, para tentar esclarecer duas coisas: a) em que medida persistiram as justificativas dos atos de autoridades e de cidadãos em relação população “colonial”, isto é, como sobreviveram preconceitos do período anterior – ainda que as ações repressivas tenham regredido com o fim do Estado Novo –, e b) como os acontecimentos dos anos anteriores se refletiram no comportamento e nas formas de ação da população de origem imigrantista, neste período de tentativa de reconstrução de certa normalidade. Já publiquei vários pequenos trabalhos sobre essa pesquisa (GERTZ, 2013a; 2013b; 2013c; 2013d; 2014; 2015). Ela está centrada na população de origem alemã, mas as matérias jornalísticas em pauta incluem outros grupos.

Sem entrar em detalhes, pois não se trata, aqui, de avaliar a importância da imprensa como fonte de pesquisa histórica, a influência da *Revista do Globo* durante os quase 40 anos de sua circulação (1929-1967) foi grande. Depois da Segunda Guerra Mundial, teria sido a segunda mais difundida revista brasileira (depois de *O Cruzeiro*). Quanto à fase que aqui nos interessa, é importante atentar para uma informação fornecida por Marisângela Martins, segundo a qual durante a primeira década as referências a aspectos sociais teriam se caracterizado por reportagens sobre a “boa

* Doutor em Ciência Política pela Universidade Livre de Berlim. Professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: gertz@cpovo.net

sociedade” porto-alegrense, a elite. Essa situação teria mudado a partir de 1939, com o jornalista Justino Martins na direção, quando teria sofrido “sensível mudança na linha editorial”, trazendo matérias sobre problemas sociais e grupos marginalizados. Uma possível explicação para essa mudança está no fato de que Martins era militante do Partido Comunista. Seu nome como diretor consta de 1939 até a edição de 26 de abril de 1947 – a partir da edição de 10 de maio do mesmo ano, Henrique D’Avila Bertaso passou a constar como diretor (MARTINS, 2012, p. 128-131, 166; MARTINS, 2013).¹

Assim como Marisângela Martins pensa ter detectado uma ampliação no número de matérias sobre problemas sociais e grupos desprivilegiados da sociedade, a partir de 1939, é possível que os “colonos” tenham entrado na pauta, depois de 1945, de forma consciente. Essa mudança poderia ser vista como até mais incisiva que a de 1939, pois lá teria ocorrido a tentativa de dar visibilidade a setores sociais que até então eram ignorados. Em contrapartida, independente daquilo que a *Revista do Globo* tenha publicado sobre “colonos”, nos anos anteriores, é fato que na imprensa em geral eles vinham sendo classificados, de forma persistente, como grande problema para a nacionalidade, por seu suposto caráter pouco brasileiro, e até pelos perigos que representariam para a segurança da nação, pois, nos anos anteriores, se chegou a aventar a hipótese de estarem sendo instrumentalizados pelos governos de seus países de origem ou de origem de seus antepassados para fins imperialistas.²

Alertando, enfaticamente, que não foi possível aprofundar a investigação para tentar detectar que motivou a publicação das reportagens do pós-guerra, a serem referidas, elas, aqui, serão simplesmente apresentadas com a intenção de verificar qual foi a imagem sobre os “colonos” veiculada neste novo contexto. Só no final, será feita uma tentativa de deduzir algumas poucas conclusões provisórias.

A primeira referência ao tema “imigrantes” foi detectada na edição de 8 de junho de 1946 (p. 16), portanto um ano depois do final da guerra. Na seção “A voz do povo”, foi lançada a pergunta “qual o imigrante que mais nos convém?”, sob a justificativa de que o governo federal teria aberto um crédito para financiar novas imigrações, e o

¹ Na página 8 desta última edição, há um comunicado sobre a mudança na direção da revista, mas sem qualquer explicação. Caberia investigar se a saída de Justino Martins teve alguma relação com o clima criado em torno da cassação do Partido Comunista Brasileiro, no dia 7 de maio. Mais tarde, ele aparecerá como correspondente na Europa.

² Algumas referências na *Revista do Globo*, em anos anteriores, sobre os problemas que imigrantes e descendentes estavam, supostamente, criando podem ser vistas em GERTZ, 2005, p. 145, 159, 167-168, 171.

“ministro João Alberto” já estaria na Europa para tratar do assunto.³ A seção de apenas uma página reproduziu as respostas de seis pessoas consultadas. A amostragem, obviamente, não era representativa da opinião pública local ou regional, mas havia respostas nas mais diferentes direções – desde aquela que recomendava não trazer mais estrangeiros, e, sim, aproveitar os próprios brasileiros para novos projetos de colonização, passando por aquela que dizia que só nos deveriam interessar agricultores e artesãos, os quais poderiam ser italianos, alemães, japoneses.

Aparentemente, tratou-se de um balão de ensaio ou de um anúncio para várias reportagens que começaram a ser publicadas meio ano mais tarde, assinadas por um repórter chamado José Amádio. Numa matéria sobre uma família japonesa, na edição de 12 de abril de 1947, havia uma referência específica sobre a necessidade (ou não) de trazer mais imigrantes: “Este Brasil está mesmo precisando de gente. É tanta terra para ser cultivada, tanta riqueza para ser aproveitada, tanta água para ser bebida que até dá pena... Devemos ou não aceitar novos imigrantes?” (AMÁDIO, 1947e, p. 40).

Mesmo diante da escassez de informações a respeito do autor dos textos (talvez melhor: por causa da escassez), esse jornalista está envolto por alguns mistérios. Segundo Ari Martins, em *Escritores do Rio Grande do Sul* (p. 32), seu nome completo era José Faltzenback Amádio, nascido em Porto Alegre, a 10 de agosto de 1923, filho de Nagib Amádio e Adília Faltzenback Amádio. O sobrenome Amádio indica para uma origem italiana, mas causa alguma estranheza o nome do pai (Nagib), e o sobrenome da mãe não foi possível detectar em nenhum instrumento de busca da internet (mesmo com “h” final). Ingressou na *Revista do Globo* em 1944, aos 21 anos, tendo permanecido até 1948, quando se transferiu para *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro. As reportagens foram fartamente ilustradas com fotografias do fugitivo do nazismo Ed Keffel (Eduard Schulz-Keffel), que, mais tarde, também foi para *O Cruzeiro*.

Além de certa curiosidade que envolve o autor das reportagens, também poderia causar certa estranheza o fato de que elas tratassem do último recanto noroeste do Rio Grande do Sul, concretamente do município de Santa Rosa. Segundo consta, o então prefeito José Cezimbra Machado – um dos interventores no município após a queda do Estado Novo, em 1945 – teria convidado o jornalista para fazer uma reportagem da situação real do município, pois ele estaria sofrendo da má fama de abrigar criminosos e

³ De fato, trata-se de João Alberto Lins e Barros, que em fevereiro de 1946 fora nomeado presidente do Conselho de Imigração e Colonização (não ministro!), pelo presidente da República Eurico Gaspar Dutra.

malfeitores da pior espécie.⁴ Admitindo que a motivação imediata para a visita tenha sido essa, da perspectiva da revista podem ter pesado outras manifestações de estranhamento sobre a região feitas durante os anos anteriores. Santa Rosa fora um daqueles municípios que haviam causado maior preocupação às autoridades responsáveis pela “nacionalização” – as desconfianças levaram ao deslocamento de significativos efetivos policiais civis e militares para lá. Para ninguém menos que o famigerado secretário de educação J. P. Coelho de Souza, tratava-se de uma verdadeira Babel, por causa da diversidade de origem nacional das populações. Falava-se muito sobre a presença suspeita de alguns japoneses. E as desconfianças aumentaram com o fato de que observadores externos constataram a inexistência de conflitos internos entre uma população tão diversificada, sugerindo a suposição de que tivessem feito um pacto entre si para golpear o Brasil, para “apunhalá-lo pelas costas” (GERTZ, 2005, p. 144-177).

A visita à região resultou em reportagens que foram publicadas na revista (no citado período de dezembro de 1946 a setembro de 1947) – as primeiras, inclusive, constituíram subprodutos do empreendimento, pois tratavam de episódios específicos, enquanto as mais gerais vieram só depois.

Vamos, portanto, à primeira reportagem mais geral sobre Santa Rosa. Ela foi publicada na edição de 11 de janeiro de 1947 (AMÁDIO, 1947a). Sob o título “Um ponto no mapa”, sua atenção se voltava especificamente para a área urbana da sede municipal. O interesse principal, aqui, não são as referências à dinâmica econômica, com seus destaques para a intensidade de edificação de prédios e de construção da infraestrutura, ou mesmo da presença de lojas de revenda de veículos das marcas Ford e Chevrolet. Refletindo, possivelmente, o interesse do então prefeito para divulgar sua própria administração, havia, na abertura do texto, uma foto dele em frente a um mapa da região, e a legenda “o Dr. José Cezimbra Machado, prefeito do município mais fabuloso do Rio Grande do Sul” (p. 31). E nas frases finais lia-se que “o jovem município de Santa Rosa ainda será o orgulho dos rio-grandenses” (p. 64).

Aquilo que, porém, mais interessa, neste momento, está, de alguma forma, registrado no subtítulo do artigo: “com 110.000 habitantes de 27 diferentes nacionalidades, o município de Santa Rosa encerra realidades surpreendentes” (p. 31).

⁴ Cf. o filme curta-metragem do diretor Anderson Farias intitulado “Desbravadores de Santa Rosa” (2011).

Ao referir um passeio pela zona urbana, o articulista destacou a impressão “imigrantista” que a localidade lhe causou: “invadiu-me a imediata sensação de estar em qualquer parte da Alemanha ou da Tchecoslováquia”; ou: “que diria aquela placa de madeira em caracteres russos?”; nas pessoas que viu, registrou “cabelos cor-de-ouro, olhos azuis, sotaque carregado, idiomas estranhos” (p. 35).

Mas essas constatações não o levaram a emitir sinais de alarme, no sentido de que a nacionalidade brasileira estivesse correndo enormes riscos, como, com certeza, teria acontecido poucos anos antes, mas, sim, a manifestações positivas sobre o lugar, pois, ao defrontar-se com o café da manhã no hotel, afirmou que “só então compreendemos estar em plena região colonial, zona felizarda, onde a fartura é lugar-comum e as filas são fantasias desconhecidas” (p. 34). A constatação de que o município abrigava pessoas de 27 nacionalidades diferentes, fê-lo informar aos leitores da revista que “extremamente sociáveis, os colonos se organizam em pequenos núcleos, constituindo famílias que se multiplicaram em proles sadias e bem formadas” (p. 36). No seu texto, transparece, inclusive, uma crítica aos patriotastros que, durante a guerra, depredaram um busto de Goethe, na praça da parte velha da cidade: “em 1942, exaltados nacionalistas, esquecendo que a arte é universal, quebraram a cara do vate germânico, e o destituíram de sua privilegiada posição na pracinha” (p. 35).

Claro, a memória do jornalista não estava totalmente depurada daquilo que ouvira e lera nos vários anos em que autoridades – e pessoas comuns – haviam desenvolvido a “campanha de nacionalização” contra essa mesma população. Até ao referir-se ao dinamismo econômico de Santa Rosa, lembrou que ele, ao menos em alguma medida, derivava do intenso contrabando de pneus que se verificou durante a guerra, na região. Da mesma forma, seu texto não deixou de ecoar os supostos problemas de integração nacional de imigrantes e descendentes, quando lembrou que, antigamente, se verificavam resistências às escolas nacionais: “os mais recalcitrantes eram os de origem teuta, mas a campanha de nacionalização resultante do combate ao nazismo reduziu essa resistência de adaptação à língua e aos costumes nacionais. As religiões terão sido os fatores responsáveis por esse conservadorismo” (p. 36).

Na edição seguinte da *Revista do Globo*, uma matéria sob o título “Plantando dá...” foi dedicada à produção agrícola, pelo interior do município (AMÁDIO, 1947b). O texto constituiu um verdadeiro hino de louvor a camponeses locais, quando já na

primeira frase afirmou que pretendia mostrar “a mais jovem e próspera fonte de produção agrícola do Rio Grande do Sul”, que se localizava em “um dos mais novos e fabulosos municípios do Brasil”, para onde “o colono veio para provar que ‘plantando dá...’” (p. 21). Mais adiante, o articulista, ao referir-se à fome que afetava o país, escreveu: “se em todas as terras cultiváveis do Brasil estivesse acontecendo fenômeno idêntico ao do novíssimo município de Santa Rosa, o problema estaria resolvido” (p. 23). Ainda que nessa reportagem a procedência étnica ou nacional do “heroico colonizador” (p. 22) não recebesse destaque, os leitores ficaram sabendo que o canavial mostrado em uma das fotografias pertencia a uma “viúva italiana”, da mesma forma que os italianos de Cinquentenário cultivavam uva e fabricavam vinho, enquanto as pessoas que aparecem em outra fotografia trilhando linhaça eram “alemães” (p. 25-27).

Duas reportagens tristes – subprodutos da viagem a Santa Rosa – não traziam referências diretas e expressas à influência imigrantista na região, mas o conteúdo, de fato, pode ter induzido os leitores a uma maior compreensão, e até empatia, para com os “estrangeiros” referidos nas demais matérias. Uma delas se referia a um ataque de gafanhotos e da luta desesperada para combatê-los. Todos os heróis nominalmente citados nesse episódio possuíam sobrenomes alemães. Aquele que mais se destacou teria sido integralista – classificação que tempos antes significava o mesmo que nazista –, mas acabou sendo o “mocinho”. O articulista, inclusive, se mostrou compreensivo para com os gritos proferidos em alemão durante a luta contra os terríveis insetos, pois “em horas assim a gente esquece as campanhas nacionalistas” (AMÁDIO, 1946b).

A segunda reportagem-subproduto era constituída por um emocionante texto descrevendo o enterro de uma criança de poucas semanas de idade. Nela, não foram referidos nomes nem sobrenomes, apesar de que os familiares aparecessem nas fotografias, mas o tom comovente da descrição, informando que a família era de origem alemã, e, adicionalmente, luterana, poderá ter tido o efeito simbólico de neutralizar, ao menos em parte, o fato de que durante a guerra ser “alemão” e “luterano” representava os piores qualificativos que uma pessoa podia carregar. Sabe-se que as figuras mais odiadas e perseguidas – incluindo a internação de vários deles na Colônia Penal Daltro Filho – eram os pastores luteranos. Na reportagem, o clérigo que realizou o enterro da criancinha recebeu o amável qualificativo de “bom pastor” (AMÁDIO, 1947c).

Da visita do repórter a Santa Rosa resultou também uma série de três reportagens sobre “colonos”. A primeira delas foi publicada em 22 de março de 1947, dedicada aos “alemães”, sob o título “Os Müller” (AMÁDIO, 1947d). Um *box* ao início do texto sugere que a citada referência sobre os imigrantes que mais conviriam ao Brasil, que havia sido publicada em 8 de junho de 1946, repercutiu um debate público, para o qual a *Revista do Globo* tentava, agora, dar sua contribuição: “Nosso governo está preocupado em trazer novos imigrantes para o Brasil. Há no Rio Grande do Sul cerca de 30 raças diferentes, cujas atividades nos últimos cem anos poderá [sic] servir como experiência para uma escolha acertada. Que raças devemos preferir?”. E essa preocupação motivou a reportagem em foco: “os teuto-brasileiros são bons ou maus colonos?” (p. 36).

O texto teve como objeto a família de Germano Müller, residente em Santo Cristo, “um colono de origem alemã que, nesta reportagem, simbolizará todos os outros” (p. 39). Em tom realista, foi descrita a saga da família, desde a Alemanha, passando por Santa Catarina, Ijuí, até Santo Cristo. Havia referências a episódios profundamente tristes, como o do filho pequeno que morreu durante o deslocamento, em carroça, de Ijuí para Santa Rosa, e as marcas deixadas pela vida dura foram evidenciadas: “É gente simples como a própria paisagem, mãos calejadas, coques, trancinhas, bigodões, sapatos ringidores, roupas apertadas. Colonos!”. Mas, “colono é aquele camarada que trabalha para que nós da cidade possamos comer” (p. 39).

Muito provavelmente, foram os efeitos daquilo que o jovem repórter ouviu sobre essa gente nos anos anteriores que o levaram a algumas observações que denotam uma posição ambivalente, mesmo quando ele, possivelmente, tenha tentado dar a impressão de estar tratando o tema com objetividade e isenção. Além de afirmar que em Santo Cristo corria o ditado de que “o colono sempre é inimigo do vizinho do lado”, havia observações que eram típicas no tempo da guerra. A afirmação de que “na vila de Tuparendi, onde o número de católicos é de fato pequeno e o de integralistas é enorme” (p. 38) lembrava o senso comum do tempo da guerra, quando luteranos eram pressupostos como generalizadamente nazistas.⁵

Caso esta observação tenha representado uma manifestação do inconsciente do jornalista, em outras passagens os problemas dos anos precedentes, porém, foram

⁵ Apesar de o texto tratar exclusivamente de Santo Cristo e dos Müller, muitas das fotografias que ilustram a matéria se referem a outros lugares, e possuem legendas com observações, às vezes, interessantes.

racionalizados, ainda que o autor prestasse um tributo aos “nacionalizadores”: “A nacionalização do ensino já é uma campanha plenamente vitoriosa no interior do estado. Acabaram-se as ‘aulas particulares’, os ‘hinos patrióticos de além-mar’ e o ‘ama a terra dos teus antepassados’. A palavra de ordem, agora, é ‘ama o Brasil’” (p. 41).

Abstraindo dos “nacionalizadores”, apareceram, porém, repetidas críticas aos “falsos nacionalistas”: ”Nutrindo pela Alemanha um amor apenas platônico, a maioria dos colonos teuto-brasileiros vive apenas para o trabalho e para o dote dos filhos – cerveja, ‘*Kerbs*’, cantos corais, amores proibidos ... e outras distrações” (p. 36). Na legenda de uma foto que mostra um casal de idosos trabalhando na roça, lia-se que “durante a guerra foram perseguidos pelos falsos nacionalistas, e até hoje vivem aterrorizados” (p. 39). Durante a guerra, “gente como Germano [Müller], que nunca vira a Alemanha mais gorda; gente que nem sabia ao certo o significado da palavra nazismo; gente que trabalhava pacatamente para o seu próprio progresso e o da nação, viu-se, subitamente, rodeada de ferozes e intransigentes”. Eram “falsos nacionalistas, espertalhões, que se aproveitavam da onda de combate aos agentes nazistas no Rio Grande, para maltratar e extorquir a torto e a direito”. Mas a conclusão geral foi a de que “esses alemães da terra, que parecem ter bicho-carpinteiro no corpo, são, na verdade, pacatos e ordeiros” (p. 40).

Ainda que no censo demográfico de 1940 só tenham sido contados 199 japoneses no Rio Grande do Sul – e se havia descendentes já nascidos no Brasil devem ter sido muito poucos, e no máximo com 32 anos de idade, pois a imigração iniciara em 1908 –, o “perigo japonês”, durante a guerra, fora um dos mais temidos. O gaúcho Carlos de Souza Moraes publicara em 1937 um livro sobre *A ofensiva japonesa no Brasil*, reeditado em 1942, no qual proclamara que “a atividade nociva dos amarelos em nosso território” assumira tamanhas proporções a ponto de constituir-se em “um dos mais graves problemas nacionais”, festejando, por isso, o fato de que “felizmente a colonização japonesa em Santa Rosa frustrou-se”. Essa experiência também fora lamentada nos seguintes termos pelo citado J. P. Coelho de Souza, responsável pela “nacionalização” no campo do ensino: “Ensaia-se agora uma experiência de colonização japonesa em Santa Rosa, comuna essa que parece destinada, como se vê, a tornar uma realidade contemporânea a confusão da Torre de Babel” (GERTZ, 2005, p. 146-148).

Essa ambivalência se refletiu, de certa forma, na reportagem sobre os japoneses, quando “Os Fuke” foram apresentados como a família representativa do grupo (AMÁDIO, 1947e). Eles moravam no porto Santo Antônio, distrito de Horizontina, fronteira com a Argentina – situação que durante a guerra potencializara as desconfianças, pois poderiam estar ali para facilitar a entrada de agentes antibrasileiros. Nesse contexto, o jornalista lembrou que sua vida virou “um inferno: casas varejadas, livros confiscados, prisões em massa, interrogatórios, sindicâncias”. “Os japoneses do Rio Grande do Sul passaram a viver como os judeus na Alemanha” (p. 42).

O próprio subtítulo – ou epígrafe – do artigo apontava para a sobrevivência de ressalvas do período anterior: “Silenciosos, enigmáticos e trabalhadores, os colonos japoneses do Rio Grande do Sul vivem em um mundo à parte, preocupados (*pelo menos aparentemente*) apenas com a terra e os círculos de família – Hirohito, Shindo Remmei, jiu-jitsu ... segredos indevassáveis” (p. 40). De eminentemente positivo, foi lembrada, em várias passagens, a profunda dedicação ao trabalho, incluindo aquela em que o articulista contava que, “caprichosos e minuciosos, plantam o milho, o feijão e a mandioca milimetricamente, observando absoluta equidistância entre duas plantas”. Indagado sobre as razões desse zelo, o patriarca Goito Fuke teria dito: “É bonito para olhar, e dá o mesmo trabalho” (p. 44). Sua adequação à agricultura também decorreria de sua “formidável resistência física”, e ao fato de que “emprestam ao trabalho um sentido divino, que foge à nossa percepção ocidental” (p. 44).

O caráter exótico dos japoneses – e mesmo a possível intransparência de seu comportamento – foi lembrado em vários trechos da reportagem. Segundo ela, alguns deles ainda “não acreditam de maneira nenhuma na derrota do Japão. Hirohito é divino” (p. 42). Ao chegar à casa dos Fuke, eles não teriam demonstrado surpresa com a visita, pois “os asiáticos são assim mesmo: sabem esconder suas emoções” (p. 44). Se entre os Müller havia espaço para certas liberalidades para os membros da família, os filhos dos Fuke “não gozam de nenhuma liberdade, e acham que está bem assim”. “Não casam quando querem, mas quando o pai manda”. Além disso, “os Fuke vivem praticamente isolados do mundo. Ou melhor: vivem num mundo exclusivo, só deles. Quase não mantêm relações com os colonos de outras nacionalidades” (p. 63). Quanto à preservação de costumes, não só a casa deles preservava o estilo oriental, mas até a do cachorro – “a casa de cachorro mais original que já vi na minha vida” (p. 44). Até sobre

a situação financeira da família recaiu algum grau de suspeita: “Papai [Goito] deve ter dinheiro escondido em alguma caixinha misteriosa” (p. 63).

Uma leitura mais minuciosa do texto, porém, permite detectar alguns elementos que poderiam ter levado o jornalista a uma avaliação diferente sobre a presença japonesa no estado. Cabe citar alguns. “Na família Fuke é adotado o sistema de banho diário, coisa rara entre colonos” (p. 45). Apesar de que “a mulher japonesa é considerada artigo de segunda importância”, “as filhas de Goiti Fuke sempre estiveram no mesmo plano dos filhos” (p. 43). A filha mais nova, Suely, inclusive, possuía uma pequena biblioteca, onde havia romances da literatura universal, até um Eça de Queiroz, e a própria *Revista do Globo* (p. 62). Apesar do alegado isolamento da família, os rapazes, no domingo à tarde, iam jogar futebol em Pitanga – onde só havia “alemães” e “poloneses” (p. 63). A filha Marlene fez curso de enfermagem, e chegou a trabalhar com o conhecido médico Décio Martins Costa, que foi candidato às eleições para governador do estado, em 1947. Durante a guerra, ela ofereceu-se para ir para a Itália, com a Força Expedicionária Brasileira, “mas as autoridades brasileiras recusaram a sua colaboração”. “‘Não fica bem, você é estrangeira’, disse um general” (p. 64).

Claro, o repórter certamente sentiu os efeitos do encontro entre tradições culturais bastante diferentes. Esses efeitos até se fizeram sentir nas amenidades. Ao perguntar ao filho mais velho, Arno, se estava disposto a ensinar-lhe jiu-jitsu, este respondeu: “Só se você me ensinar a dançar na corda bamba”. A reação do repórter: “Não entendo a piada, e o meu riso sai tão amarelo quanto a pele do piadista” (p. 63).

Por tudo isso, a frase final da reportagem diz: “São assim esses imigrantes nipônicos” (p. 64), denotando a sobrevivência de uma mistura de admiração e incompreensão em relação à imigração japonesa.

A última das reportagens especificamente dedicadas às variadas “raças” de colonos existentes na região de Santa Rosa tratou de russos, italianos e poloneses. Talvez pelo próprio fato de que o articulista precisava dar conta de três grupos em um único texto, as informações sobre cada um foram mais escassas que nas matérias anteriores, mas, inversamente, as imagens produzidas – e até as próprias palavras – saíram bem mais categóricas, não denotando dúvidas ou ambivalências, ao menos em relação a italianos e poloneses (AMÁDIO, 1947f). Em relação aos russos, a matéria levanta algumas dúvidas para o leitor atual, a começar pelo fato de que toda a primeira

página foi ocupada por uma fotografia que mostrava um pasto com uma vaca, sendo observada por um homem de botas e chapéu, de costas para o fotógrafo, com a seguinte legenda: “Quase todos os colonos russos do Rio Grande do Sul são comunistas, e desejam voltar para a Rússia”. Levando em conta que essa reportagem foi publicada na última edição da revista em que o comunista Justino Martins apareceu como diretor, o sentido dessa afirmação poderia ser visto como positivo. E, de fato, o texto deixou dúvidas sobre suas reais intenções em relação aos russos. As dúvidas começavam com o fato de que a família-referência foi a de Frederico Fitz, em Ubiretama (o antigo Povoado Laranjeira). Neste caso, tratava-se de um sobrenome relativamente frequente entre alemães. No presente caso, pode ter-se tratado, efetivamente, de um *cidadão* russo, mas de um teuto-russo – grupo muito presente na região.⁶ Fitz foi apresentado como claramente não comunista, e as referências a sua pessoa destacaram que “os russos não são comodistas e não se preocupam com o conforto próprio” [*sic*] (p. 33). A seguir, ficou-se sabendo que Fitz não queria saber de envolver-se em empréstimos junto a bancos, mas se dedicava de forma muita intensa ao trabalho. “Se não produzem tanto como os alemães, é porque são mais temperamentais e não têm um método de trabalho”. “E também não pensam muito no futuro. Desde que não lhes falte a comida, a aguardente e a roupa domingueira, e desde que seus cavalos estejam gordos e lustrosos (eles dizem que se conhece o dono pela montaria), o resto não importa” (p. 34).

A opinião do jornalista foi cristalina em relação aos italianos, representados pela viúva Isabel Parisi, em Cinquentenário (hoje, distrito de Tuparendi). Eles teriam contribuído muito para a ocupação do território gaúcho, pois tinham muitos filhos – “as mulheres são fortes e têm filhos sadios. Existem muitos colonos centenários” (p. 33). Especificamente, a família Panisi era “cosmopolita”, pois apresentou, com orgulho, uma série de diplomas das várias premiações de seus produtos na exposição do centenário farroupilha em Porto Alegre, no ano de 1935. O vinho por ela produzido era tão bom que o repórter se embebedou. Como características gerais, seriam cooperativos, festeiros, sovinas, católicos fervorosos. Eles “não são melhores que os alemães e japoneses, mas ganham dos poloneses e russos em produtividade” (p. 36).

A parte do texto que se refere aos poloneses não deixou dúvidas sobre a opinião do articulista a seu respeito. Se os relatos das visitas aos colonos representativos das

⁶ Meu pai nasceu na Linha Laranjeira, e meus avós eram cidadãos russos, mas de tradição cultural alemã.

demais “raças” referiam com clareza a localização geográfica das suas propriedades, não ficamos sabendo onde morava Alexandre Zarzecki. Ao chegar à propriedade, o representante da *Revista do Globo* foi recebido com desconfiança; como a família estava tomando café, deu uma espiada na comida, e achou-a muito pobre, não havia “pão nem manteiga nem *schmier*”, só “café com farinha e biscoitos de bola” (p. 37). A mulher gerava um filho por ano, e a legenda de uma foto dizia tudo: “Estes meninos, filhos de Zarzecki, já são veteranos na luta pela vida. Não sabem ler, têm as mãos calejadas – não conhecem uma infância” (p. 37). Sua atividade agrícola – ao contrário da dos vizinhos – não progredia. A casa estava em mau estado, apresentava goteiras. O homem estava pensando em se mudar para a cidade. E “há muitos poloneses neste município de Santa Rosa. Naturalmente, nem todos estão nas condições de Zarzecki. Muitos deles são ricos e prósperos. Mas têm fama de maus colonos. Referindo-se a eles, disse-me uma autoridade local: ‘são muito sentimentais’” (p. 63).

A viagem à região de Santa Rosa ainda rendeu três outras reportagens que, de alguma forma, se referiam às “raças” ali estabelecidas. Uma delas apareceu praticamente como introdução à visita ao município, pois abriu a série, em 21 de dezembro de 1946, junto com a já referida história sobre os gafanhotos (AMÁDIO, 1946a). O relato da trajetória do nobre e ex-coronel do exército imperial russo Speridion Bielescki e de sua esposa Natália Pavolova, artista plástica e música, após a revolução bolchevique, primeiro para a Polônia, depois para Romênia, Áustria, França, Espanha, para, finalmente, chegar ao Brasil, em 1937, serviu de pano de fundo para dar uma ideia daquilo que Santa Rosa parecia ser, do ponto de vista da imigração – uma Babel.⁷ E isso não na sede do município, e sim num lugar longínquo, nas barrancas do rio Uruguai, chamado Pratos.⁸ Ali havia muitos russos “normais”, militantes da igreja ortodoxa (uma das 9 igrejas enfileiradas numa das ruas), mas estariam sendo amedrontados pelos muitos compatriotas comunistas que lá existiriam, e que “são perfeitamente politizados, e possuem uma formidável consciência de classe” (p. 64). Mas ali não havia somente russos. “No dia da nossa visita, a casa de Bielescki parecia uma Babel”, ali havia gente que falava todas as línguas imagináveis. E o leitor atento pode deduzir que essa não era uma situação específica de Pratos, pois o grupo estava acompanhado pelo secretário da prefeitura de Santa Rosa, Ariosto Jaeger, e ele “distribuía-se, na medida do possível, em

⁷ *A posteriori*, pode-se dizer que é a região do mais fantástico ecumenismo de todo o Rio Grande do Sul.

⁸ Hoje, Pratos é distrito de Novo Machado, distante 7 quilômetros do lugar em que nasci e me criei.

todos esses idiomas” (p. 65) – indicando que a diversidade era uma marca registrada do município, e que uma autoridade local precisava, necessariamente, ser poliglota.

Na segunda reportagem, o local não está definido, mas os fatos narrados, e as próprias imagens, também apontavam claramente para a região de Santa Rosa. Foram abordados os “casamentos na roça” (AMÁDIO, 1947g). Apresentando o casamento entre um rapaz de origem polonesa e uma moça de origem russa, a oposição inicial das famílias de ambos os lados, as dificuldades financeiras, o articulista, provavelmente, tentou refletir sobre o pluralismo étnico e religioso numa região como Santa Rosa, pois ao descrever a cena no cartório, num sábado de manhã, quando vários outros casais estiveram ali para casar, mostrou o caráter multicolorido dos pares.

A série sobre Santa Rosa foi encerrada com uma matéria de apenas duas páginas, a 27 de setembro de 1937, não redigida por José Amádio, mas sim por Ed Keffel, fotógrafo que ilustrou as reportagens anteriores – sob o título “O homem que convidou três mil” (KEFFEL, 1947). Tratava-se de notícia sobre a enorme festa promovida por Germano Dockhorn, empresário do então distrito de Três de Maio, para festejar os 25 anos de sua empresa.⁹ Talvez se possa interpretar uma observação no texto como avaliação geral sobre toda a região: “Veja como tudo aqui é calmo e agradável. Observe que as crianças são mais espontâneas, mais rosadas, mais crianças” (p. 38).

Concluindo: independente da motivação imediata que tenha levado a *Revista do Globo* a fazer as várias reportagens sobre Santa Rosa, há razões para acreditar que a diversidade de imigrantes tenha sido relevante, porque estava na ordem do dia, e interessaria aos leitores; a escolha do noroeste do estado foi acertada, porque era a região com a presença mais diversificada de “colonos” sob a perspectiva de suas origens étnicas, nacionais, e mesmo religiosas, permitindo avaliar qualidades e defeitos de cada grupo; mesmo que as matérias apresentassem pontos positivos e negativos de cada grupo, além de ambivalências, e mesmo que, obviamente, não tenhamos nenhuma informação sobre a receptividade entre os leitores, certamente não está errado pressupor que alemães, italianos e (ainda que com reservas) japoneses – os três grupos mais

⁹ Anos mais tarde, Germano Dockhorn será um dos líderes do processo de emancipação do distrito, e sua elevação a município. Em 6 de dezembro do mesmo ano de 1947, a *Revista do Globo* viria a publicar mais uma matéria sobre uma empresa de origem imigrantista, esta já centenária, e localizada em Porto Alegre, sob o título “De Franz Trein a Frederico Mentz & Cia.” (n. 448, p. 58-61); essa matéria foi reforçada na edição seguinte com um pequeno texto intitulado “O centenário da firma Frederico Mentz & Cia.” (n. 449, p. 51, 20 de dezembro de 1947).

tradicionais de processos imigratórios anteriores – tenham se saído com a imagem menos negativa na divulgação feita pela revista.

Referências bibliográficas:

AMÁDIO, José. Uma viagem à Rússia. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 425, p. 47-49, 64-66, 21 de dezembro de 1946 (a).

_____. Combate ao gafanhoto. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 425, p. 42-45, 21 de dezembro de 1946 (b).

_____. Um ponto no mapa. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 426, p. 31-37, 63-64, 11 de janeiro de 1947 (a).

_____. Plantando dá... *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 427, p. 21-27, 25 de janeiro de 1947 (b).

_____. Morreu uma criança. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 427, p. 38-41, 64-65, 25 de janeiro de 1947 (c).

_____. Os Müller. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 431, p. 36-41, 64, 22 de março de 1947 (d).

_____. Os Fuke. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 432, p. 40-45, 62-64, 12 de abril de 1947 (e).

_____. Russos, italianos e poloneses do Rio Grande. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 433, p. 32-37, 63, 26 de abril de 1947 (f).

_____. Casamento na roça. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 434, p. 46-49, 10 de maio de 1947 (g).

De Franz Trein a Frederico Mentz & Cia. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 448, p. 58-61, 6 de dezembro de 1947.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005.

_____. Imigração alemã: a trajetória do nazismo ao neonazismo. In: MARTÍNEZ, Elda Evangelina González et al. (Orgs.). *História da imigração: possibilidades e escrita*. São Leopoldo: Editora UNISINOS/OIKOS Editora, 2013 (a), p. 313-333.

_____. A guerra que ainda não acabou: a população de origem alemã no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. In: HEINSFELD, Adelar; RECKZIEGEL, Ana

Luíza Setti; MACHADO, Ironita A. Policarpo (Orgs.). *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo: UPF, 2013 (b) (14 páginas).

_____. Luteranos gaúchos e a política brasileira ao final da Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá: UEM, v. V, número especial, p. 213-228, 2013 (c).

http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdfespecial_2013/11.pdf

_____. De Otto von Bismarck a Angela Merkel: do “perigo alemão” ao “neonazismo” no Brasil. *História: questões e debates*, Curitiba: UFPR, v. 58, n. 1, p. 89-112, 2013 (d).

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/33897/21158>

_____. O pós-guerra nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul (1945-1955). In: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (Orgs.). *Festas, comemorações e rememorações na imigração*. São Leopoldo: OIKOS, 2014, p. 1593-1608.

_____. Descendentes de alemães no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis: ANPUH, 2015 (13 páginas).

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1433352435_ARQUIVO_ReneGertz.pdf

KEFFEL, Ed. O homem que convidou três mil. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 443, p. 38-39, 27 de setembro de 1947.

MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. *À esquerda de seu tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre – 1927-1957)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

_____. O comunismo de Justino Martins e a evidência das classes populares na *Revista do Globo* (Porto Alegre/1939-1947). In: *XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH, 2013.

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364673684_ARQUIVO_XXVIISimpósioNacionaldeHistoria-Textocompleto-MarisangelaT.A.Martins.pdf

O centenário da firma Frederico Mentz & Cia. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 449, p. 51, de 20 de dezembro de 1947.